

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA



1. DO OBJETO

1.1 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDER DEMANDA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DESTINADOS AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO ORIENTE.

1.2 - Mediante o regime de execução indireta, para atender às necessidades deste município, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

1.2.1 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, caracterizando-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.2.2 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2. ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

2.1 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE SAÚDE; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA; SECRETARIA DE GOVERNO, SECRETARIA INTERINA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

3. JUSTIFICATIVAS

3.1 JUSTIFICAVAS DA CONTRATAÇÃO

As diversas secretarias que participam desse processo necessitam da contratação de serviços especializados para que assim possa se dá um melhor andamento e desenvolvimento das mesmas, necessitando assim da contratação de profissionais em diversas aéreas.

A contratação temporária de profissionais representará possível solução EXCEPCIONAL e depende necessariamente do cumprimento de requisitos legais, e não tem a pretensão de ser utilizada em qualquer caso de insuficiência pessoal.

Esta municipalidade entende que este processo não afasta a necessidade de concurso público para o provimento dos cargos civis de diversas áreas, especificamente nos casos em que há carência, sendo que algumas funções são transitórias para atender políticas públicas específicas, e que nesse momento de pandemia se torna inviável.

Ante o exposto, esta solução está levando em consideração um melhor andamento e desenvolvimento das diversas secretarias do município de Novo Oriente.

ATIVIDADE FIM X ATIVIDADE MEIO – DIFERENCIAÇÃO

Para fins de licitude da terceirização de serviços, deve-se separar a atividade-fim da empresa das atividades-meio.



Compreende-se como atividade-fim aquela que se enquadra nas atividades essenciais e normais para as quais a empresa se constitui. É o seu objetivo a exploração do seu ramo de atividade expresso em contrato social.

Atividades-meio é aquela não relacionada, diretamente, com a atividade-fim empresarial. Exemplo: indústria de moveis. A atividade fim é a industrialização, uma das atividades-meio é o serviço de limpeza, vigilância, manutenção de máquinas e equipamentos, contabilidade, etc.

A terceirização pode ser aplicada em todas as áreas da empresa definida como atividade-meio, em uma indústria, por exemplo, as seguintes atividades:

Serviços de alimentação, serviços de conservação patrimonial e de limpeza, serviço de segurança, serviços de manutenção geral predial e especializada, engenharias, arquitetura, manutenção de máquinas e equipamentos, serviços de oficina mecânica para veículos, frota de veículos, transporte de funcionários, serviços de mensageiros, distribuição interna de correspondência, serviços jurídicos, serviços de assistência médica, serviços de telefonistas, serviços de recepção, serviços de digitação, serviços de processamento de dados, distribuição de produtos, serviços de movimentação interna de materiais, administração de recursos humanos, administração de relações trabalhistas e sindicais, serviços de secretaria e em serviços especializados ligados a atividade-meio do tomador de serviços.

Base: TST Enunciado nº 331.

3.2 JUSTIFICATIVA DE IMPEDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Esta Municipalidade vem por meio desta, perante o procedimento administrativo em epígrafe, apresentar adiante, as justificativas necessárias que levaram ao impedimento da participação de empresas na forma de consórcio.

Primeiramente a Lei de Licitações, mais precisamente no caput do seu Art. 33, sustenta a discricionariedade da Administração Pública promover ou não, a participação de empresas em regime de consórcio. Portanto, resta sacramentado o poder da administração de tal vedação sem ferimento à legislação vigente.

Além do mais, a Administração Pública não teria vantagem na contratação de empresas em regime de consórcio em razão das mesmas passar a ter responsabilidade solidária no tocante às obrigações trabalhista e previdenciária, proporcionando riscos à contratação pretendida, isto porque, pode ocorrer de uma das integrantes, por exemplo, ter seus bens bloqueados pela justiça, em prevenção de pagamento de dívidas, gerando graves repercussões para o cumprimento do pacto celebrado.

Indo mais além, a contratação também seria prejudicada, quando uma empresa depender da outra para a execução do contrato e essa não ser assistida, fato que indiscutivelmente acarretaria atrasos na sua execução ou até mesmo a não execução contratual.

Contudo, de forma preventiva e responsável, esta Administração Pública, prezando pela eficácia dos seus procedimentos administrativos, resolve impedir a participação, nesta licitação, de empresas em regime de consórcio.

4. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 - O recebimento do objeto será feito apenas de forma global, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Autoridade Superior, em que a CONTRATADA não possa finalizar o serviço contratado.

FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ATRIBUIÇÕES

Os serviços complementares a serem contratados, compreendem as habilidades e competências legalmente atribuídas das profissões constantes na planilha orçamentária constante no tópico 21 deste termo, e compete à contratada sob supervisão da contratante, aferir as competências de cada profissional segundo sua área de especialização.

7. DO MÉTODO DA LICITAÇÃO

7.1 DA MODALIDADE, TIPO E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1.1 - Foi elegida a modalidade **PREGÃO**, tendo em vista que o objeto pretendido atende a hipótese de serviço comum previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, na sua forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, em regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - São deveres da CONTRATANTE:

- 16.1.1. Fiscalizar a realização do serviço contratado;
- 16.1.2. Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- 16.1.3. Assistir a CONTRATADA na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- 16.1.4. Exigir da CONTRATADA a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- 16.1.5. Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela CONTRATADA, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- 16.1.6. Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- 16.1.7. Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- 16.1.8. Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- 16.1.9. Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - São deveres da CONTRATADA:

- 18.1.1. Recrutar elementos habilitados e com experiência para tal fim;



- 18.1.2. Executar o serviço através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venha a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- 18.1.3. Facilitar a ação da fiscalização na inspeção do serviço, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 18.1.4. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- 18.1.5. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação do serviço contratado, inclusive quanto à mão-de-obra, salários, alimentação, estadia, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, assim como lucros, despesas administrativas, riscos, transportes, seguros e demais ônus fiscais;
- 18.1.6. Manter durante toda a execução do projeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.1.7. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, §1, da Lei nº 8.666/93.

10- DA SUBCONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

- 10.4 Serão aceitas subcontratações apenas para as atividades atinentes, por conta de fazer parte da execução do objeto.
- 10.5 Em hipótese nenhuma, haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.
- 10.6 A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratações por razões técnicas ou administrativas, visando unicamente a perfeita execução do contrato.

11 DO REAJUSTAMENTO

11.1 Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste, podendo, a critério da Autoridade Superior, ser feito por simples apostila, em conformidade com o § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

12 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida

a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do Art. 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei 8.666/93.



14 DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado proporcionalmente à execução do serviço, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada;

14.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.3 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo Art. 12º da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime;

14.4 O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por Cheque Nominal;

14.5 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

14.6 A Liberação do pagamento fica condicionada à apresentação de documentos em originais, xerocópia acompanhadas dos originais ou de xerocópia autenticada, da regularidade para com as Fazendas Federal (CND Tributos Federais), Estadual (CND Tributos Estaduais), Municipal (CND Tributos Municipais) e Trabalhista (CND Trabalhista);

14.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação por qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

14 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício corrente, na dotação abaixo discriminada:

08.01	10.122.0100.2.036	3.3.90.39.00	SAÚDE
08.01	10.301.0400.2.038	3.3.90.39.00	SAÚDE
08.01	10.302.0403.2.039	3.3.90.39.00	SAÚDE
13.01	04.122.01027.2.066	3.3.90.39.00	DES.ECÔNOMICO
04.01	04.122.0100.2.009	3.3.90.39.00	ADM
02.01	04.122.0100.2.003	3.3.90.39.00	GOVERNO



05.01	15.122.0100.2.012	3.3.90.39.00	INFRA
10.01	20.122.0100.2.059	3.3.90.39.00	DES.RURAL
09.01	08.122.0100.2.044	3.3.90.39.00	ASSISTÊNCIA
09.01	08.243.0204.2.049	3.3.90.39.00	ASSISTÊNCIA
07.02	121.220.100.024	3.3.90.39.00	EDUCAÇÃO



15. PENALIDADES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

15.1 - Em caso de inexecução total ou parcial ou desobediência de alguma das cláusulas contratuais, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, às seguintes penalidades:

15.1.1 - Advertência;

15.1.2 - Multa;

15.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 - A multa prevista nesta cláusula será de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

15.3 - As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação, podendo a CONTRATANTE, para isso, descontá-las das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente.

15.5 - O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade, nem de cumprir o objeto do contrato.

15.6 - A CONTRATANTE deverá cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada na execução do objeto, para as providências cabíveis.

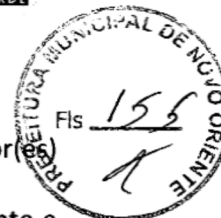
15.7 - As penalidades somente deixarão de ser aplicadas em razão de circunstâncias excepcionais, e a justificativa só será aceita por escrito, fundamentada em fato real e facilmente comprovável, a critério da CONTRATANTE, desde que formulada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que foram aplicadas, indicando-se ainda o número do processo administrativo a que se refere, protocolado junto a CONTRATANTE.

16. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 - O recebimento do objeto será feito apenas de forma global, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Autoridade Superior, em que a CONTRATADA não possa finalizar o serviço contratado.

17 DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL

17.1 – O Contrato ficará vinculado aos termos do Edital do Pregão e do Termo de



Referência, cuja realização decorreu da autorização da(s) Autoridade(s) Superior(es) por ele responsável.

17.2 - Serão partes integrantes do contrato, o Pregão já mencionado anteriormente e todos os seus anexos, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

18 DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1 - Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas na Lei 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

19 DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

19.1 A publicação resumida do presente contrato será providenciada pela Autoridade Superior do mesmo, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município consoante o estabelecido pelo Inciso XIII do Art. 6º da Lei 8.666/93.

20 DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) devidamente nomeados através dos órgãos contratantes, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Serviços Gerais	10	1600	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	15.690,67	188.288,00
Serviços Especializados de Vigilância Diurna	6	960	6,88	0,68	1,03	8,59	0,99	9,58	9.196,80	110.361,60
Serviços Especializados de Recepção	4	640	6,88	0,68	1,03	8,59	0,99	9,58	6.131,20	73.574,40
Serviços Especializados de Condutor Veicular (Categoria B)	4	640	12,31	1,23	1,84	15,38	1,78	17,16	10.982,40	131.788,80
Serviços Especializados de Apoio Administrativo	6	960	6,88	0,68	1,03	8,59	0,99	9,58	9.196,80	110.361,60
Serviços Especializados de Gerência de Controle de Transporte	2	320	28,38	2,83	4,25	35,46	4,11	39,57	12.662,40	151.948,80
									R\$ 766.323,20	



SECRETARIA DE GOVERNO										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Apoio Administrativo	4	640	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	6.276,27	75.315,20
Serviços Especializados de Recepção	4	640	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	6.276,27	75.315,20
Serviços Especializados de Serviços Gerais	10	1600	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	15.690,67	188.288,00
Serviços Especializados de Vigilância Diurna	10	1600	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	15.690,67	188.288,00
Serviços Especializados de Condutor Veicular (Categoria B)	2	320	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	5.623,47	67.481,60
R\$ 594.688,00										

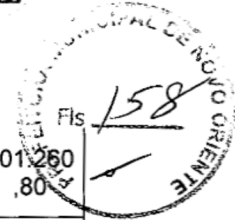
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Condutor Veicular (Categoria D)	1	160	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	2.811,73	33.740,80
Serviços Especializados de Vigilância Diurna	6	960	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	9.414,40	112.972,80



Serviços Especializados de Vigilância Noturna	6	960	8,25	0,82	1,51	10,58	1,19	11,77	11.29 9,20	135.590 ,40
Serviços Especializados de Serviços Gerais	6	960	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	9.414 ,40	112.972 ,80
Serviços Especializados de Operação de Máquinas Pesadas I	6	960	14,06	1,40	2,57	18,03	2,03	20,07	19.26 4,00	231.168 ,00
Serviços Especializados de Operação de Máquinas Pesadas II	10	1.600	11,56	1,15	2,12	14,83	1,67	16,50	26.39 4,67	316.736 ,00
Serviços Especializados de Operação de Máquinas Pesadas III	4	640	10,31	1,03	1,89	13,23	1,49	14,72	9.418 ,67	113.024 ,00
R\$ 1.056.204,80										

SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Gerência Administrativa	4	640	8,75	0,87	1,60	11,22	1,26	12,48	7.987 ,20	95.846, 40
Serviços Especializados de Assessoria Administrativa	4	640	7,50	0,75	1,37	9,62	1,08	10,70	6.850 ,13	82.201, 60
Serviços Especializados de Gestão Administrativa	4	640	7,19	0,71	1,31	9,21	1,04	10,25	6.560 ,00	78.720, 00
R\$ 256.768,00										

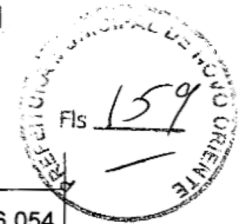
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Apoio Administrativo	10	1.600	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	15.69 0,67	188.288 ,00
Serviços Especializados de Serviços Gerais	40	6.400	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	62.76 2,67	753.152 ,00



Serviços Especializados de Vigilância Diurna	16	2.560	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	25.105,07	301.260,80
R\$1.242.700,80										

SECRETARIA DE SAÚDE										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Condutor Veicular (Categoria B)	30	4.800	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	84.352,00	1.012.224,00
Serviços Especializados de Condutor Veicular (Categoria D)	4	640	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	11.246,93	134.963,20
Serviços Especializados de Vigilância Diurna	45	7.200	8,25	0,82	1,51	10,58	1,19	11,77	84.744,00	1.016.928,00
Serviços Especializados de Serviços Gerais	35	5.600	8,25	0,82	1,51	10,58	1,19	11,77	65.912,00	790.944,00
Serviços Especializados de Recepção	12	1.920	8,25	0,82	1,51	10,58	1,19	11,77	22.598,40	271.180,80
Serviços Especializados de Apoio Administrativo	26	4.160	8,25	0,82	1,51	10,58	1,19	11,77	48.963,20	587.558,40
Artesã	01	80	8,25	0,82	1,51	10,58	1,19	11,77	941,60	11.299,20
R\$3.825.097,60										

SECRETARIA DE AGRICULTURA										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Vigilância Diurna	5	800	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	7.845,33	94.144,00
Serviços Especializados de	5	800	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	7.845,33	94.144,00



Apoio Administrativo											
Serviços Especializados de Abate de Animais	4	640	11,50	1,15	2,10	14,75	1,66	16,41	10.504,53	126.054,40	
Serviços Especializados de Gerência Administrativa	1	160	12,50	1,25	2,29	16,04	1,81	17,84	2.854,93	34.259,20	
Serviços Especializados de Serviços Gerais	10	1.600	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	15.690,67	188.288,00	
Serviços Especializados de Operação de Máquinas Pesadas I	2	320	15,69	1,56	2,87	20,12	2,27	22,39	7.163,73	85.964,80	
Serviços Especializados de Operação de Máquinas Pesadas II	2	320	11,50	1,15	2,10	14,75	1,66	16,41	5.252,27	63.027,20	
Serviços Especializados de Condutor Veicular (Categoria B)	2	320	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	5.623,47	67.481,60	
Serviços Especializados de Assessoria Agrícola (Técnico)	5	800	11,50	1,15	2,10	14,75	1,66	16,41	13.130,67	157.568,00	
R\$ 910.931,20											

SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL										
ESPECIFICAÇÕES	QUANT VAGAS	QUANT. DE HORAS MÊS	VALOR UNITÁRIO HORA	TAXA DE ADM.	ENCARGOS SOCIAIS	SUBTOTAL	TRIBUTOS E IMPOSTOS	VALOR TOTAL HORA	VALOR TOTAL MÊS	VALOR BRUTO ANUAL
Serviços Especializados de Apoio Administrativo	12	1760	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	17.265,60	207.187,20
Serviços especializados de Informática	8	1280	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	12.556,80	150.681,60
Serviços especializados de Auxiliar administrativo	10	1600	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	28.112,00	337.344,00
Serviços especializados de Oficina	4	640	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	6.278,40	75.340,80
Serviços	20	3200	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	31.392,00	376.704,00



especializados de Visitadores										
Serviços Especializados de Serviços Gerais	15	2400	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	23.54 4,00	282.528 ,00
Serviços Especializados de Condutor Veicular (Categoria D)	6	960	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	16.86 7,20	202.406 ,40
Serviços Especializados de Agente Social	12	1720	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	30.22 0,40	362.644 ,80
Serviços especializados de Desenvolvimento Social	10	1600	12,31	1,23	2,25	15,79	1,78	17,57	28.11 2,00	337.344 ,00
Serviços Especializados de Recepção	10	1600	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	15.69 6,00	188.352 ,00
Serviços Especializados de Entrevistador	20	3200	6,88	0,68	1,26	8,82	0,99	9,81	31.39 2,00	376.704 ,00
Serviços Especializados de Vigilância Diurna	10	1600	8,25	0,82	1,51	10,58	1,19	11,77	18.83 2,00	225.984 ,00
R\$ 3.123.220,80										
VALOR GLOBAL TOTAL R\$ 11.775.934,40										

VALOR GLOBAL TOTAL R\$ 11.775.934,40 (ONZE MILHÕES SETECENTOS E SETENTA E CINCO MIL NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).



22. DA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS:

22.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 32.1.1 Cédula de Identidade do(s) Administrador(res);
- 32.1.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial da sede da licitante;
- 32.1.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 32.1.4 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 32.1.5 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

23.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 23.2.1 Registro ou Inscrição do Licitante junto à(às) entidade(s) profissional(is) competente(s) (Conselho Regional de Administração - CRA),
- 23.2.2 Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para o qual a licitante esteja prestando ou tenha prestado serviços compatíveis de característica e semelhança com o objeto da presente licitação.

23.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 23.3.1 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, estando dispensadas da presente exigência as cooperativas enquadradas nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.
- 23.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC.
 - 23.3.2.1 As empresas abertas ano corrente, deverão apresentar balanço de abertura, devidamente registrado, na forma da lei.
- 23.3.3 No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 ano), apresentar o balanço de abertura devidamente registrado na Entidade Competente, devendo o balanço ser assinados por Profissional Registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

23.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



23.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ devidamente ativa;

23.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

23.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

23.4.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

23.4.5 No caso de Cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados, para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será produzido ou executado por ela própria através de seus cooperados.

23.4.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

23.5 OUTROS DOCUMENTOS E DISPOSIÇÕES

23.5.1 Declaração para fins de cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27-10-1999, publicada no DOU de 28.10.1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

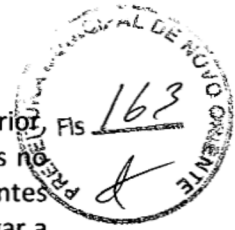
23.5.2 Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e anexos;

23.5.3 Declaração sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

23.5.4 A licitante pretendendo participar na forma de cadastrado, deverá apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo Setor de Licitações desta Municipalidade, onde este substituirá apenas os documentos acima que dele constar. Na ocasião, será verificada a situação do licitante no Certificado de Registro Cadastral, e caso o mesmo esteja com algum documento vencido, deverá apresentá-lo juntamente com o CRC, sob pena de inabilitação.

23.5.5 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte e da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

23.5.6 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



24 DA VIGÊNCIA DO SERVIÇO E DO CONTRATO

24.2A vigência do serviço e do contrato ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, iniciando com a sua assinatura, e findando em 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogada por períodos sucessivos, limitada sua duração em 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei nº. 8.666, de 1993.

25 CONSIDERAÇÕES FINAIS

25.1 No que for omissis o texto do presente termo, aplicar-se-á as regras do instrumento convocatório.

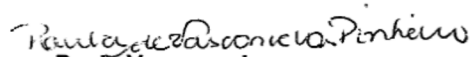
Novo Oriente/CE, 21 de maio de 2021.



**Maria do Socorro Vieira
Sousa Teixeira**
Ordenadora de Despesas da
Secretária de Educação



Nirla Thays Vidal Sampaio
Secretária de Trabalho e
Assistência Social




**Paula Vasconcelos
Pinheiro**
Secretária de Saúde



**Ivoneide Jane Rodrigues
Chaves**
Secretária de
Administração/Finanças



**Ivoneide Jane Rodrigues
Chaves**
Secretária interna de
Desenvolvimento Econômico

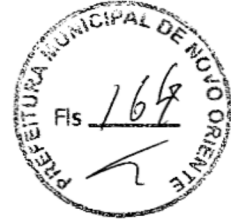


José Maury Coelho Oliveira
Secretário de Infraestrutura

José Siriano da Costa
Secretário de Governo

Claudino Sales Neto
Secretário de
Desenvolvimento Rural e
Meio Ambiente

ANEXO II
MODELO SUGESTIVO DA CARTA PROPOSTA
(colocar em papel timbrado)



À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE/CE.
PROCESSO N.º: 00.018/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO

XXXX

Item	Especificação	Qtde. Profissionais / Mês	Salário Bruto	Encargos	Montante A	Taxa Adm	Despesas Operac.	Tributos	Montante B	Vr Unit Montante	Valor Mensal	Valor Total 12 Meses

PRAZOS

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme edital

DADOS DO PROPONENTE

Razão Social:			
Endereço:			
Cidade:			
CNPJ:		CGF:	
Fone:		e-mail:	

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO III
MODELO SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO
(colocar em papel timbrado)



À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE/CE.
PROCESSO N.º: 00.018/2021.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, abaixo subscrito(a), DECLARA que, examinou e concorda com todas as exigências constantes das cláusulas do referido Edital de Pregão em cumprimento pleno com todos os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do envelope "02" – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, para participação do certame licitatório mencionado no preâmbulo desta.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO IV
MODELO SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO
(colocar em papel timbrado)



À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE/CE.
PROCESSO N.º: 00.018/2021.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP OU COOPERATIVA

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA em atendimento ao previsto no edital de Pregão Presencial nº _____, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como _____ (**microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa na forma do Art. 34, Lei Federal nº 11.488/2007**), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e nem possui quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. citado, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123/06 e Lei Complementar nº 147/14.

(local e data)

(carimbo e assinatura do titular ou representante legal)

(carimbo e assinatura do Contabilista)

ANEXO V
MODELO SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO
(colocar em papel timbrado)



À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE/CE.
PROCESSO N.º: 00.018/2021.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, abaixo subscrito(a), DECLARA, para fins do disposto no Inciso V, do Art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal)